

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

N.º 1/2015

DIA: Vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze.-----

HORA: Dezanove horas e vinte minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Município.-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP); -----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP);-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Serafim Rodrigues em substituição do Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos
Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----

2015.02.23

- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Mariana Cubal Fonseca Brandão (PPD/PSD); -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS); -----
- PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, em representação do Sr. Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, que chegou mais tarde como oportunamente se faz referência;-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva e Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

2015.02.23

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia começou por disponibilizar a correspondência recebida no período compreendido entre a última sessão (15 de dezembro) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados em pasta própria.-----

Informou que, tendo o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa exercido o direito de renúncia ao mandato nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi convocado o **Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos** por ser o cidadão que se segue na ordem da respetiva lista, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 79.º do mesmo preceito legal. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal investiu-o de imediato nas funções de Membro da Assembleia Municipal de acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 76.º do mesmo diploma, renovando para o efeito a verificação da sua identidade e legitimidade.-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou ainda que o **Sr. Serafim Rodrigues** foi convocado nos termos da Lei para substituir o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, e que o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos participa na sessão em representação do Sr. Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

De seguida leu a comunicação de 20-02-2015, do Sr. Dr. Adérito Manuel Soares Campos (Registo de entrada n.º 25, de 23-02-2015), na qual agradece reconhecida e sentidamente o voto de pesar pelo falecimento da sua esposa, Maria Elizabete Campos, aprovado por unanimidade na sessão ordinária de 15 de dezembro de 2014.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao segundo secretário, Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira, o favor de ler os dois votos de pesar entregues à Mesa, que se transcrevem.-----

2015.02.23

Voto de Pesar, subscrito pelas três bancadas com assento na Assembleia:

No passado dia 31 de Dezembro de 2014, com 106 anos de idade, faleceu a Senhora D^a Maria da Assunção Costa Leite de Pinho, que nasceu e sempre residiu no Concelho de Vale de Cambra.-----

A Senhora D^a Maria da Assunção Pinho foi esposa do Sr. Comendador Arlindo Soares de Pinho, uma notável personalidade no meio empresarial nacional, cuja ação empreendedora e determinação tiveram um contributo incontornável para a industrialização de Vale de Cambra e para o desenvolvimento da economia do Concelho no pós II Guerra Mundial, com visíveis resultados ao nível da criação de riqueza, da geração de emprego e do benefício de causas sociais.-----

Este papel só pode ser integralmente cumprido quando se dispõe de uma retaguarda familiar de permanente apoio, de firme incentivo e de uma comum interpretação dos valores e da dimensão do conceito de responsabilidade social, que a Senhora D^a Maria da Assunção Pinho sempre constituiu de forma exemplar.

A Senhora D^a Maria da Assunção Pinho foi ainda mãe de cinco empresários de grande sucesso e rara visão, cujas atividades levadas a cabo no nosso Concelho muito contribuíram para o seu crescimento e desenvolvimento económico e social, e bem assim, para a economia nacional, conforme foi reconhecido pelo mais alto Magistrado da Nação, Sua Excelência o Presidente da República.-----

Destaca-se ainda o exercício de funções autárquicas, com grande dedicação em benefício do Município o Sr. Comendador Eng.º Armando Costa Leite de Pinho, que foi Vereador da Câmara Municipal, o saudoso Comendador Sr. Álvaro Pinho da Costa Leite, que foi Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Comendador Eng.º Ilídio da Costa Leite Pinho, que foi Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. António Jorge Leite de Pinho, que foi Vereador da Câmara Municipal e o Sr. Armindo da Costa Leite de Pinho, destacado membro da Administração da ARSOPI.-----

2015.02.23

Neste contexto, é entendimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra que a Senhora D^a Maria da Assunção Pinho é credora da homenagem, do respeito e do reconhecimento dos Cambrenses, expressando um voto de pesar pelo seu recente falecimento.”-----

Colocado a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, o voto de pesar pelo falecimento da Senhora D^a Maria da Assunção Costa Leite de Pinho e do mesmo dar conhecimento à família.-----

Voto de Pesar, apresentado pelo Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida: “A bancada do PS vem apresentar a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de S. João da Madeira Josias Gil.”-----

Colocado a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, o voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia de S. João da Madeira, Dr. Josias Gil de Amorim Teixeira da Costa, e do mesmo dar conhecimento à referida Assembleia Municipal.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite informou que alguns Membros da Assembleia fizeram chegar aos serviços administrativos as suas correções à proposta da ata.-----

A Assembleia Municipal aprovou a ata da sessão ordinária de quinze de dezembro de dois mil e catorze, com as devidas correções à proposta da ata, por maioria de vinte e seis votos a favor, tendo-se absterido o Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, por não ter estado presente na referida sessão.-----

Chegou à sessão o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos.-----

Usou da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, referiu que a bancada do CDS congratula-se com a inauguração do novo Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros

2015.02.23

Voluntários de Vale de Cambra. É uma infraestrutura que poderá servir de forma muito eficiente o nosso concelho. Os Bombeiros têm por lema salvar vidas e proteger bens materiais e com esta notável infraestrutura terão as suas tarefas mais eficientemente asseguradas. Felicitou a Direção, os Órgãos Sociais, o Comando e todo o Corpo ativo da Associação por esta importante obra. Da mesma forma expressam o agradecimento a toda a sociedade civil do Concelho que colaborou com esta obra.-----

Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques que, após cumprimentar os presentes, saudou a assunção de responsabilidade em termos efetivos do Dr. Carlos Matos, da bancada do PSD, um sinal de força para o interior do concelho porque é uma pessoa que vive e conhece o interior porque é de lá natural. -----
Em nome da bancada do PSD, apresentou o seguinte voto de congratulação: A bancada do PSD não pode deixar de assinalar a recente inauguração do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra tendo em consideração a prestimosa atividade da Corporação em favor de toda a população do Concelho. Aliás o alto significado deste ato está devidamente assinalado pela presença do Senhor Primeiro Ministro e outros destacados membros do Governo e pela adesão da população do concelho. Para que tal evento tivesse sido uma realidade será de toda a pertinência fazer referência à colaboração da Câmara Municipal cujo anterior executivo procedeu à aquisição dos terrenos, elaboração dos projetos e atribuição de cem mil euros, esforço esse prosseguido pelo atual executivo mormente no que respeita à entrega do donativo atribuído. Fica assim mais facilitada a vida dos atuais corpos sociais, comando e corpo ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra a quem a bancada do PSD felicita vivamente e deseja as maiores felicidades no exercício das suas funções, disponibilizando-se desde já para colaborar na medida das suas possibilidades.-----

2015.02.23

No uso da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Almeida Pinheiro, após cumprimentar os presentes, referiu que A Voz de Cambra na sua edição de janeiro de 2015 traz à colação o futuro do parque subterrâneo desta cidade reportando-se a declarações atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara, as quais após uma atenta análise suscitam algumas interrogações. Diga-se antes de mais que o conjunto dessas declarações aponta para a viabilidade do empreendimento em contraponto ao que sistemática e reiteradamente o atual executivo tem vindo a afirmar. Desde já suscita alguma surpresa o facto do Sr. Presidente ter afirmado *ipsis verbis* que o parque de estacionamento se encontra numa situação de “abandono total” quer por parte do sector privado quer pela própria Câmara. Fica-se sem saber se Sr. Presidente se refere ao atual ou ao anterior executivo. Seja qual for a resposta a esta questão não deixa de ser surpreendente e inexplicável a afirmação em causa. Com efeito, se se refere ao anterior executivo convenhamos que se trata de uma alusão extemporânea, imprópria e inadequada justamente porque este executivo já está em funções há mais de um ano. Já é tempo do atual executivo responder pelos seus próprios atos ou omissões em vez de tudo tentar justificar pelo recorrente recurso à pesada herança. Se ao invés se reporta ao atual executivo está o Sr. Presidente a reconhecer a incapacidade do próprio executivo para gerir o parque subterrâneo. A ser verdade o que vincula o jornal o Sr. Presidente apenas vislumbra uma possibilidade para resolução da questão que se prende com o parque subterrâneo, ceder a gestão a uma qualquer empresa privada que não supostamente àquela que atualmente detém 51% do capital social. Aliás esta hipótese sugerida precisamente pelo atual executivo retira qualquer legitimidade às repetidas afirmações que pretendem fundamentar, a alegada inoportunidade do lançamento das obras pelo anterior executivo. Afinal a hipótese ora levantada pelo atual executivo não deixa de postular alguma apetência do sector privado pela gestão da estrutura em causa. Ao contrário da

2015.02.23

administração pública que não visa o lucro mas apenas e só a autossustentabilidade dos seus projetos em função do interesse coletivo, bem se sabe que o sector privado busca com toda a legitimidade o lucro. Isto para dizer que se, como afirma o Sr. Presidente, há pelo menos duas empresas privadas interessadas na gestão do parque de estacionamento, o mesmo apresenta condições que vão para além da simples subsistência. Há aqui uma ponderação de valores que importa considerar. Muito mal se entenderá que os interesses do sector privado se sobreponham aos interesses de natureza pública. Reduzir toda esta problemática à simples incapacidade de fiscalização por parte do executivo como se infere nas declarações imputadas ao Sr. Presidente da Câmara é algo que não se compreende nem se pode aceitar, consubstanciando uma atitude lamentavelmente redutora. Também gostariam de que o Sr. Presidente fosse mais explícito quando admite a hipótese de uma parceria não financeira. Finalmente, a bancada do PSD solicita que agora ou em melhor oportunidade lhes sejam facultados números que reproduzam o movimento e as receitas do parque de estacionamento subterrâneo e da superfície exterior.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida que, após cumprimentar os presentes, referiu que a bancada do PS corrobora com aquilo que os deputados anteriormente apresentaram quanto à inauguração do Quartel de Vale de Cambra e tudo o que foi dito em relação aos Bombeiros.-----

De seguida, apresentou algumas questões à Câmara Municipal, começando pelo parque da cidade, e pedindo desculpas por ser minucioso, acrescentando que quando vai caminhar no Parque da Cidade dá-lhe prazer vê-lo o mais bonito e funcional possível, e como tal vai-se apercebendo das coisas que estarão menos bem. Parece-lhe que após as oito, oito e meia da noite não há casas de banho abertas. A segunda questão prende-se com as barreiras junto à rotunda da Escola Secundária. Já em devido tempo e no mandato anterior numa reunião do

2015.02.23

Conselho Municipal de Segurança fez esta observação sobre as barreiras na parte sul. Sabe que a resposta do Sr. Presidente será de que é propriedade privada e que a Câmara Municipal não tem responsabilidade sobre isso. Mas, já em devido tempo caíram barreiras, tendo alertado o Conselho Municipal de Segurança no mandato anterior e o que fizeram resume-se a zero. Recentemente e devido ao tempo essas barreiras voltaram a cair, estando lá bem visíveis. Num dos locais logo na entrada da Rua do Búzio, as pedras vieram até ao meio da via, e mais dia menos dia, dependendo do inverno e com as árvores a fazer pressão em cima para elas ruírem, vão cair mais. Uma vez que os alunos da Escola Secundária aguardam ali na beira do passeio pelo transporte não se surpreenderia que um dia destes alguns miúdos sejam atingidos com uma barreira daquelas. A Câmara deve tomar medidas de proteção para isso em defesa de todos os cidadão, mas particularmente em defesa dos alunos da Escola Secundária. Junto a este local existe o que presume ser um passador/medidor de pressão da água, que durante muito tempo teve uma cantoneira com um vidro na frente e já há mais de meio ano, por ato de vandalismo, esse vidro desapareceu estando os equipamentos à vista, podendo também ser alvo de vandalismo. Aquilo é de todos e acha que deve ser protegido. Retomando o tema das barreiras, referiu que em frente ao novo Quartel dos Bombeiros está bem visível que uma das barreiras do lado nascente já cedeu um bom bocado. Não sendo da área da construção civil, ainda assim se percebe que a tendência é ruir mais e que venha para o meio da estrada. Mais acima uns cinquenta, cem metros, tem mais uma com sinais de abaloamento. Entende que deveriam ser tomadas medidas antes que o mal aconteça.-----

No uso da palavra o Sr. Carlos Alberto Sousa Matos, após cumprimentar os presentes, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara para quando está prevista a

2015.02.23

conclusão do Polidesportivo do Centro Escolar Macieira de Cambra/Búzio, concreta e objetivamente.-----

Dirigindo-se ainda ao Sr. Presidente e porque este fez referência à transferência de competências relativas à municipalização da educação num dos últimos jornais locais, perguntou como está o projeto, se a Câmara abandonou o mesmo definitivamente ou não.-----

O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, após cumprimentar os presentes, informou que se mantém a informação prestada na sessão realizada em Macieira de Cambra de que nunca estiveram no projeto, embora tenham sido convidados para integrar o mesmo. O assunto não teve qualquer desfecho uma vez que ainda aguardam resposta às questões colocadas. Parece que o Governo fez uma inflexão nesta matéria e que vão aguardar. Não tem mais novidades sobre esta matéria.-----

No que se refere ao polidesportivo do Búzio, referiu que as obras foram concluídas, mas verificou-se um problema ao nível da ligação das massas, estando a empresa a aguardar bom tempo para fazer a substituição das mesmas. O trabalho foi dado como concluído, mas não estando bem terá de ser substituído o piso.-----

Quanto às questões colocadas pelo Eng.º Afonso Almeida, o Sr. Presidente informou que as casas de banho do Parque da Cidade no período de inverno têm uma hora de encerramento não muito tardia, mas regra geral na altura do verão as mesmas são encerradas mais tarde. Poderão eventualmente ir ajustando a hora do fecho consoante os dias vão crescendo em número de horas de luz.-----

No que se refere às barreiras no Búzio, o Sr. Eng.º já deu meia resposta, efetivamente é uma barreira privada, não sabe se o proprietário já foi notificado para consolidar aquela barreira, informação essa que vai procurar. A Câmara de

2015.02.23

facto não pode fazer muito, a não ser notificar o proprietário para fazer a sua consolidação, atendendo a que pode colocar em risco a segurança pública.-----

Relativamente à porta danificada dará do mesmo conhecimento aos serviços.-----

Quanto às barreiras em Lordelo/Codal, referiu que é uma situação que se arrasta há muito tempo. Já anteriormente aquelas barreiras foram repostas, a barreira caiu, após o que foi reparada e voltou novamente a cair. Recentemente, e também motivada pela inauguração do quartel dos Bombeiros, foi feita uma limpeza a fundo na zona industrial, nomeadamente com a remoção de uma série de aterros que ali estavam há longa data e execução de uma nova conduta para o saneamento básico que estava danificada. De facto, têm este problema para resolver, mas terá de ser com bom tempo, não pode ser no inverno porque os terrenos são extraordinariamente pantanosos, até a própria estrada teve problemas sérios de estabilidade que tiveram de ser corrigidos. Já pediu aos serviços para fazerem uma proposta de retificação daquele trabalho, contudo atendendo aos meios disponíveis não há neste momento uma solução encontrada para essa questão. A solução passará eventualmente por remover toda aquela pedra que lá está e depois fazer a sua reconstrução, mas primeiro é preciso fazer o desvio da água à superfície porque infiltram-se ali nas barreiras, vinda dos montes e da estrada da Cumieira. Estão a pensar fazer primeiro a resolução na parte superior do talude e só depois fazer a intervenção na base do talude, nos termos das indicações dadas pelos técnicos.-----

Ao Dr. Reinaldo Pinheiro respondeu não querer entrar pelos mesmos caminhos, acrescentando que tudo aquilo que disse corresponde à verdade. Entende que o parque de estacionamento não tem viabilidade nos moldes em que está a funcionar. A fiscalização não é feita pelo Executivo, pois como sabem há uma entidade que superintende o Parque – a VCP, da qual a Câmara Municipal detém 49% do capital, portanto é minoritária na parceria. Existe o reequilíbrio financeiro

2015.02.23

que nunca foi pago pela Câmara Municipal e tem sido um acumular de prejuízos, por isso não compreende que o Dr. Reinaldo faça ataques ao que tem sido a postura do executivo residente em relação ao Parque. O Parque é para este uma grande preocupação e tem tentado encontrar soluções com vista à resolução deste problema sério que os preocupa e não dá margem de manobra nem dá folga. Há um representante da Câmara, na gestão da VCP, que melhor do que ele pode dar o testemunho de viva voz, daquilo que é por um lado a VCP enquanto empresa gestora de um parque de estacionamento e também daquilo que é a dita viabilidade da sociedade VCP, o Sr. Vereador António Alberto Gomes.

O Sr. Vereador António Alberto de Almeida Matos Gomes, após cumprimentar os presentes, referiu que “a VCP é um problema dos Valecambrenses, de todos nós”. Acrescentou que quer a Câmara, quer a Assembleia, como representantes dos Valecambrenses terão de resolver este problema. Informou que é o representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração da VCP e a falta de estratégia e de políticas de promoção do parque é notória aliada com o facto de que o próprio conselho de Administração não reúne periodicamente, é um administrador de direito, o Conselho de Administração nada faz para dinamizar o parque. As contas de 2013 só agora foram aprovadas e por pressão do acionista minoritário a Câmara Municipal. Toda esta situação levou-o a solicitar ao Sr. Presidente da Câmara da Câmara que considerasse o seu pedido de resignação ao mandato que exerce em representação daquele órgão (Câmara Municipal) como Administrador da VCP. Quer os presentes, membros da Assembleia, quer a população de Vale de Cambra têm de ter noção disto. A VCP é uma empresa privada, de capital maioritariamente privado, e que tem um acionista público, mas é uma empresa privada e tem de ter lucro, e isso resulta até do contrato de concessão. A dona do Parque não é a Câmara, não são os Valecambrenses, é a VCP, uma empresa privada que tem a concessão daquele

2015.02.23

espaço e do estacionamento nas ruas circundantes. O seu contrato baseia-se no conceito de uma parceria público-privada. Eles estão seguros com a questão do reequilíbrio financeiro. Acrescentou que gerir um parque de estacionamento não é o *know-how* deles, pois o parceiro privado é uma empresa de construção civil, que não está vocacionada para gerir parques de estacionamento, estão numa situação um pouco no deixa andar e tentar que a Câmara resolva as questões.-----
De seguida, informou que a VCP em 2012 faturou 63.559,17euros incluindo as rendas (do estabelecimento comercial à superfície), e em 2013 faturou 54.761,55euros. Esta empresa apresentou um resultado negativo em 2012 de 449.969,37euros, em 20113 apresentou mais 419.016,92euros. É um acumular. Esta é uma empresa privada que visa o lucro. O negócio necessita de ser fiscalizado e as pessoas que andam a fiscalizar trabalham para a VCP, cedendo a Câmara Municipal um colaborador para o efeito. Entende que as três bancadas têm de pensar como resolver esta questão independentemente da política. A situação económica e financeira revela “uma sangria completa, é uma sangria para esta geração e para a próxima geração”, e gostava que os seus filhos não tivessem este ónus que o pai está a ter. É um problema que têm de resolver e pronto. -----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida começou por referir que já há alguns meses havia questionado quanto custava anualmente o Parque. Pedindo desculpa pela linguagem utilizada, referiu que a asneira está feita, o que importa agora é encontrar uma solução o mais rápido possível. A Câmara Municipal está a gastar com aquele parque 630 a 640 mil euros por ano. O termo elefante branco que utilizou na última assembleia referia-se precisamente a isto. Agora têm de encontrar a solução mais viável para aquele buraco, independentemente de quem o fez, porque ele está feito, agora é preciso ultrapassar o problema. Entende que a Câmara Municipal tem o dever de acelerar o mais rápido possível a

2015.02.23

rentabilidade ou a minimização dos prejuízos. Andar com ataques diretos ou indiretos não é solução, depois da asneira feita não há outra alternativa que arranjar a cura para ela.-----

O Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se vai abandonar definitivamente o projeto da municipalização da educação.-----

Interveio o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro começando por referir que quer colocar duas questões. Quanto à afirmação do Sr. Presidente da Câmara, não faz comentários porque na verdade respondeu de modo correto. -----

Ao Sr. Eng.º Afonso Almeida disse que aqui não há ataques de espécie nenhuma. Quando se confundem ataques com levantar questões para chegar a determinada coisa, algo está mal, “vamos fechar a casa e não vale a pena”. Se cada vez que apresentem uma situação, com a intenção clara e única de tentar contribuir para a resolução de problema, se falar em ataques então não vale a pena, esta será uma casa de surdos - mudos na qual não pretende ter lugar de maneira nenhuma.-----

Usou da palavra o Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, após cumprimentar os presentes, referiu que uma vez que se falou na inauguração do Quartel, na qual esteve presente e com muito gosto, quis dizer que o mesmo é uma grande obra, é pena que não sirva todo o concelho com a mesma facilidade. Se já era difícil e longe para a parte alta e centro do concelho, tornou-se agora ainda pior. A Freguesia de Cepelos teve uma reunião com a Direção dos Bombeiros sobre este assunto e pensaram em criar um posto avançado em Cepelos para servir as freguesias de Cepelos, Arões, Junqueira e Rôge (parte alta principalmente). Da reunião não saiu nada em concreto, porque também não havia da parte dos Bombeiros interesse, tendo estes mostrado que iria para meio milhão de euros a execução de um posto avançado em Cepelos. Isto cria divisões principalmente entre os Bombeiros e população porque toda a gente sabe que meio milhão de euros daria para

2015.02.23

construir um novo quartel e arranjar uma corporação de trinta ou quarenta homens. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos pediu ao Sr. Presidente da Câmara o agendamento de uma reunião entre a Direção dos Bombeiros e os quatro Presidentes de Junta, na Câmara ou em outro local, de modo a encontrar uma solução que beneficie estas Freguesias de maior risco. Pretende-se um carro de combate a incêndios e uma ambulância para uma primeira intervenção. Informou que há uns quinze dias houve um incêndio na Felgueira e quando os Bombeiros chegaram o incêndio estava apagado, dada a intervenção da população. É a única intervenção que resta lá para cima. Se isto não for possível ainda há outro caso, fala-se de deslocar a helipista para junto do novo Quartel dos Bombeiros. Mas deslocar por deslocar que se desloque para a parte mais alta do Concelho, que não se continue a fazer a mesma asneira feita algo dos anos que é centralizar as coisas. Fala-se que o Governo centraliza tudo em Lisboa, Porto e Coimbra, a Câmara de Vale de Cambra faz praticamente a mesma coisa, centraliza tudo. Portanto, acha que não compete à Câmara, mas a mesma deve apoiar e lutar por estas causas, pelo povo lá de cima. Vem agora a época de incêndios e os caminhos não estão em condições, as Juntas não têm dinheiro para compor e limpar os caminhos. Já para fazer as limpezas nos próprios lugares é difícil quanto mais limpar os caminhos para passarem os carros dos incêndios. Depois aquando dos incêndios aparecem logo duas, três, quatro máquinas numa noite, vão ganhar balúrdios, colocam muros abaixo e não se apaga nada, é testemunha que efetivamente isto tem acontecido. Entende que a Câmara e as Juntas de Freguesia deveriam reunir sobre este assunto. Também os acessos aos tanques de água são fracos.-----

Referiu que tem faltado às reuniões do Conselho Municipal de Segurança por esse motivo, porque veio a algumas e tudo o que se dizia não passava do papel. Sempre foi homem de ação e quando as coisas não lhe agradam à primeira ou à

2015.02.23

segunda desiste. Informou ter recebido há uns dias uma carta que comunicava que quem não pudesse comparecer a essas reuniões deveria indicado outro, por si podem escolher outro igual a si ou melhor, porque para vir ouvir conversa que não sai do papel mais vale não vir.-----

Antes de terminar, apelou novamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara naquilo de que falou, concretamente sobre o posto avançado ou mudança da helipista, pelo respeito pelas quatro freguesias.-----

Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga referindo quanto à intervenção do Sr. Eng.º Afonso, que no ano de 2010 e em duas sessões da Assembleia Municipal levantou a questão da Zona Industrial de Lordelo/Codal - que a mesma foi mal projetada, foi construída em cima de uma linha de água e houve muitos erros. As barreiras quer a nascente quer a poente vão continuar a cair. No início da rua da zona industrial foi construído um muro gabião tendo a Câmara Municipal gasto no mesmo oitenta e tal mil euros. Já em 2010 avisou que os muros iriam continuar a cair. Obras contingente com custos reais para a autarquia. Aquele muro que caiu no dia 16 de fevereiro do ano passado. Aquela estrada deveria ter uma cota de mais dois ou três metros de altura, afundou-se a estrada com menos três metros porque haveria interesse de alguém em tirar de lá terra. No futuro a médio e longo prazo, aquela máscara. Vai continuar a cair! Em 2010 quando o muro caiu pensava que seria da responsabilidade do empreiteiro reparar o mesmo, dois Vereadores aqui presentes pediram em sede de reunião de Câmara que o empreiteiro fosse responsabilizado, mas o mesmo eximiu-se à sua responsabilidade e a Câmara posteriormente mandou lá os seus funcionários erguer a máscara. A máscara caiu porque a gravidade funciona. Aquilo só será resolvido com um muro de gabião, quer a nascente quer a poente da Z.I. quem lá passar atrás do lote do senhor do gás podem ver o problema. Quem comprou lá lotes vai ter custos, foram enganados. Algumas empresas que se estão lá a

2015.02.23

instalar ao fazer as fundações estão a encontrar lá caboucos, pinheiros e eucaliptos lá enterrados porque era uma linha de água. São obras contingentes em que o atual executivo e os que vierem a seguir vão gastar euros reais, porque aquilo vai custar muito dinheiro. A norte da zona industrial quem passar pode ver que está um mato a cinco metros de altura ao qual não se pode aceder. Estão também lá umas barreiras a criar um sulco na terra. São obras mal projetadas e mal executadas. Houve interesse nestas obras e no futuro vão haver muitos prejuízos para os Valecambrenses que pagam os seus impostos de forma direta e indireta.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder novamente ao Dr. Carlos Matos que nunca estiveram com o pé dentro da Municipalização. Como já havia informado a Câmara foi convidada, mas nunca iniciaram o processo. Entretanto o Governo deixou cair a municipalização, segundo se ouve iniciou agora a descentralização. Nunca estiveram dentro, não estão fora, portanto nunca houve nada em concreto sobre esta matéria. Mais nada há a dizer sobre esta questão-----

Em relação à intervenção do Sr. Eng.º Afonso referiu que o parque subterrâneo é um problema real, um problema que têm entre mãos. Como disse o Sr. Vereador é um problema sério que os Valecambrenses têm para resolver. É um assunto que tem de ser resolvido embora não seja de fácil resolução, pois estão em causa muitos milhões de euros. O assunto não é tão linear nem tão fácil de resolver como foi “pintado”, a empresa que é parceria não tem vocação de gestão deste tipo de infraestruturas é uma realidade, mas provavelmente o Município também não tem. Estão à procura de um parceiro que perceba do negócio não o esconde. Dada a notícia que saiu na comunicação social houve algumas empresas que entraram em contacto com a Câmara Municipal no sentido de apresentar algumas

2015.02.23

propostas, o que não fizeram até agora. Vão tentar encontrar uma solução viável para este assunto que é difícil.-----

Sobre a zona industrial, referiu que o Sr. Albano Braga levantou uma questão real. De facto existem imensos problemas na zona industrial, não só as barreiras no lado nascente que têm vindo sucessivamente a cair, designadamente aquela máscara que lá foi colocada. Mais preocupante é a situação do lado poente, porque a serra está literalmente a desfazer-se e a entrar pelos lotes que já estão construídos e cujas empresas estão em laboração. Fizeram propostas a três proprietários no sentido de fazer a aquisição dos terrenos para fazer a consolidação daquele talude. Ainda hoje esteve um dos proprietários na Câmara Municipal a fazer uma contra proposta à proposta apresentada pela Câmara no sentido de se fazer a negociação do terreno. Um está praticamente acertado, outro está meio acertado e um terceiro que ainda não tem decisão. Refere-se a uns largos milhares de metros quadrados para fazer a consolidação daquele talude, que não vai ser fácil porque conforme frisou variadíssimas vezes aquela é uma zona de imensa água, uma zona de terrenos completamente instáveis e com lençóis freáticos à cota que tem naquele local, não será de todo fácil resolver o problema. Num ano normal podem pensar que o problema está resolvido, e a seguir num inverno chuvoso os problemas podem surgir de novo, e vê-se na própria estrada com o piso instável como se tem revelado.-----

No que se refere à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Cepelos, e quanto ao Conselho Municipal de Segurança, referiu que na sua última reunião que decorreu na última semana, foi muito interessante, na qual se debateram assuntos muito prementes onde houve uma colaboração muito ativa e muito participativa. Inclusivamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que também integra o Conselho, na sua intervenção final deu os parabéns às pessoas presentes pela forma como a reunião decorreu porque de facto foi construtiva e

2015.02.23

participativa, com as várias entidades presentes a darem os seus contributos. A referida reunião revelou-se extraordinariamente positiva pelo seu conteúdo e pelos contributos prestados. Em relação à questão dos Bombeiros e à deslocalização não tem a Câmara qualquer responsabilidade na localização do atual quartel, está construído no local onde está, agora não há volta a dar. É um quartel operacional, eficaz, com ótimo aspeto que mereceu rasgados elogios das várias corporações e das várias entidades presentes na inauguração. Acha que é inatacável a obra que ali está construída. Quanto à localização é a que é, não vão estar a chorar sobre o leite derramado. Em relação à recolocação da helipista foi de facto lançado um desafio aos Bombeiros, um desafio que tem anuência do Sr. Primeiro-Ministro, que tem anuência do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, bem como “a benção” da Senhora Ministra e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, portanto há uma séria de boas vontades que estão neste momento reunidas. Há também alguma vontade por parte dos Bombeiros em fazer a colocação ao lado do atual quartel de uma nova helipista para alojar os GIPS e para melhorar a operacionalidade das duas forças que estão instaladas no concelho de Vale de Cambra. Foi também lançado o desafio à Câmara Municipal para colaborar na aquisição dos terrenos e naturalmente a Câmara olhando a todo o envolvimento que foi criado não poderia fugir à sua responsabilidade e portanto estará na linha da frente no apoio a esta iniciativa. Como se trata da extensão de uma candidatura que já foi feita, aprovada, e que tem agora a “benção” do Governo, mal ficariam se perdessem esta oportunidade. Compreende o que o Sr. Presidente da Junta de Cepelos quis transmitir e também partilha do seu sentimento, mas de qualquer forma olhando à possibilidade real de aprovação desta candidatura como extensão da candidatura que foi apresentada para a construção do quartel dos Bombeiros, não poderiam agora desmembrar esta candidatura e colocá-la no interior do concelho. Se calhar

faria mais sentido, mas olhando aquilo que é a realidade atual não terão muita margem de manobra.-----

O Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes em relação ao quartel dos Bombeiros, lembrou que os Bombeiros Voluntários são uma Associação Humanitária composta por sócios, portanto todos os Valecambrenses sócios da Associação humanitária têm voz ativa, nomeadamente nas alturas das assembleia gerais, na gestão dos planos e investimentos que a associação faz, eleição dos corpos diretivos. Embora tenha mencionado um conflito de interesses por fazer parte da Direção dos Bombeiros, acrescentou que quando se fala em secções ou em expandir o quartel para onde quer que seja existem regras. Não adianta ter uma ambulância em Cepelos e um carro de Bombeiros em Junqueira se os homens tiverem de ir daqui para lá, têm de se deslocar na mesma. O posto não é ter lá um carro parado. Estamos a falar de uma Associação Voluntária e como voluntária vive do voluntariado, os Bombeiros são voluntários. Se as Freguesias tiverem homens que se disponham a ir para as escolas de Bombeiros e que estejam lá em cima não haverá qualquer problema. Informou que andaram dois ou três anos a pedir uma ambulância com tração às quatro rodas, tendo a mesma sido oferecida por um Valecambrense que vive no Porto. A referida ambulância é para socorrer na zona alta do Concelho na altura da neve e da geada. Há coisas que tem o seu sítio, a sua hora e o seu momento.-----

Interveio neste momento o Sr. Presidente da Assembleia referindo que só com estudos sérios podem demonstrar a possibilidade de levar estes assuntos à prática. Muitas vezes fala-se um pouco do sentimento e depois a parte económica põe as pretensões por terra. A única forma de pegar nestes assuntos é de facto fazer estudos sérios e depois aqui poder debater estas situações e então aí reclamando a implementação dessas medidas. Caso contrário muitas das vezes

2015.02.23

estas situações ficam no aspeto subjetivo e fica sem base material para a sustentação.-----

Dado que na última sessão realizada em Macieira de Cambra disse que incluiria nesta sessão um ponto sobre a sala dos Presidentes e, embora este seja um ponto para o qual muita gente deve olhar com uma certa menoridade, ao longo do tempo se verá a sua importância e há-de trazer outros assuntos que se situam ao mesmo nível. Informou então que não incluiu este assunto na ordem de trabalhos uma vez que se levantou uma dificuldade muito parecida com a que acontece no Porto, com o Bispo do Porto. Não existe neste momento certeza se uma pessoa que está ali tomou efetivamente posse como Presidente da Câmara, podendo ser uma situação idêntica à do Dr. Florentino que esteve à frente da Diocese do Porto mas que nunca foi Bispo do Porto. Como não gosta de “andar com o serrote para a frente e para trás” só quando este assunto estiver devidamente estudado e devidamente apreciado, com todas as cautelas, é que trará à Assembleia. Registou o facto de na última sessão ter proposto a mudança das fotografias, uma coisa simples e que tal não aconteceu. Julga que a situação dos trabalhos que têm em mão poderá ser muito e obstar a que essa situação não tenha ocorrido.---

Passou-se de imediato à análise dos pontos constantes da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de doze de fevereiro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva

2015.02.23

situação financeira, no período compreendido entre o período de um de dezembro de dois mil e catorze a seis de fevereiro de dois mil e quinze.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro

e Silva, começou por fazer uma correção à informação constante da página 11 do documento distribuído, referente à Atividade Concerto de Natal, na entidade promotora onde consta Câmara Municipal deve constar ainda Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra, que foi coorganizadora do concerto.-----

Informou que no dia 21 de março, Dia internacional das Florestas, as comemorações nacionais do dia serão em Vale de Cambra. A Senhora Ministra da Agricultura vai presidir às cerimónias do Dia internacional das Florestas. Estão já associadas a esta iniciativa uma série de entidades, naturalmente que muitas outras se vão juntar, a saber a Universidade Católica, o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), os GIPS, a QUERCUS, ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), AMP (Área Metropolitana do Porto), Juntas de Freguesias do concelho, Escuteiros, varias Associações do concelho, SEPNA, GNR, Bombeiros. Há já algumas parcerias com empresas privadas, designadamente a ARSOPI, a Vicaima, e outras que estão neste momento a ser contactadas. A iniciativa contará com um programa que será oportunamente divulgado, que começa com a visita aos moinhos de Paraduça e com degustação da broa de Paraduça, depois o projeto de reflorestação onde estarão envolvidos uma quantidade grande de ciclistas. Ocorre em simultâneo uma prova do NGPS que no ano passado juntou no concelho cerca de 1000participantes, apontando-se o mesmo número para este ano, sendo a concentração no lugar da Felgueira, freguesia de Arões. A reflorestação ocorrerá num baldio em Paraduça. Terminadas parte destas iniciativas terá lugar a inauguração do edifício de apoio ao Trebilhadouro e também, em princípio, a

2015.02.23

assinatura do Protocolo de cedência da Casa da Cota, a ceder à Câmara pelo ICNF. O programa definitivo será devidamente divulgado. No mesmo dia, 21 de março, cerca das vinte e uma horas, decorrerá um concerto pela Banda Flor da Mocidade Junqueirense. O Concerto contará também com a presença da Senhora Ministra, fora já do programa de visita oficial, dado que a visita oficial termina no Trebilhadouro, com a assinatura do referido Protocolo. Informou que pretende-se instalar na “Casa da Cota” um centro interpretativo da vitela da raça arouquesa. Convidou os membros da assembleia para se associarem às comemorações do Dia Internacional da Floresta.-----

Em relação ao documento entregue disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos necessários.-----

O Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos referiu que se lê na informação a conclusão das obras de beneficiação da Av. Camilo Tavares de Matos, lembrando que o Sr. Presidente da Câmara disse numa assembleia que a obra foi relativamente bem feita e concretizou que as marcações do estacionamento estavam mal feitas, pelo que perguntou como é que a obra é concluída persistindo o problema. Disse ter procurado nas atas das reuniões de Câmara, não sabendo se é lapso seu mas não encontrou a ata que mencione a conclusão da referida obra, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a indicação da data da reunião onde encontrará essa informação.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que a obra foi fechada, era uma obra financiada com prazo de conclusão previamente definido, prazo que foi cumprido pelo empreiteiro. Verificou-se que os lugares de estacionamento de facto não estão em conformidade, pelo que à posteriori do fecho da obra fizeram uma reunião com o empreiteiro e foi assumido que logo que existam condições meteorológicas favoráveis proceder-se-á à correção dos lugares de estacionamento, em conformidade com a alteração ao projeto de

sinalização horizontal que foi aprovado em reunião de Câmara e ao qual deverá ser dado cumprimento. Disponibilizou-se para ceder a documentação relativa ao fecho da obra, de momento não sabe dizer se está em ata, mas a obra está fechada ou por despacho ou por deliberação de Câmara.-----

2. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA REPRESENTAR AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO NO XXII CONGRESSO DA ANMP, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 6.º DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO: Presente circular n.º

131/2014 da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o XXII Congresso desta associação terá lugar nos dias 27 e 28 de março de 2015. Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional três delegados de cada Município associado, de entre os quais um Presidente da Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) ambos eleitos em Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal explicou a necessidade de eleição de dois Presidentes de Junta, um efetivo e outro suplente, com vista à participação no Congresso da ANMP.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida apresentou a seguinte proposta, adiante designada por lista A: “Para representação das Freguesias do Município de Vale de Cambra no XXII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a bancada do CDS-Partido Popular propõe a eleição dos seguintes Presidentes da Junta:-----

1. Como efetivo: Sr. António Luís Martins da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Rôge).-----

2. Como substituto: Sr. Henrique Martins Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira).”-----

2015.02.23

Efetuada a votação por escrutínio secreto pelos vinte e oito membros, obteve-se a seguinte votação: vinte e cinco votos a favor da lista A, dois votos em branco e um voto nulo, tendo a Assembleia Municipal eleito o Sr. António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge, para representar as Juntas de Freguesia no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e como seu substituto o Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira. -----

3. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO (As alterações ao RMUE foram aprovadas em reunião de Câmara de 27.01.2015, sendo que após aprovação pela Assembleia será o Regulamento republicado na íntegra revogando-se o anterior): Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze pela qual remete para aprovação o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação objeto de algumas alterações, e que será republicado na íntegra após aprovação.-----

Nota prestada pelo Sr. Presidente da Assembleia: O Regulamento em apreciação designa-se Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conforme as siglas RMUE, pelo que se dá por retificado o agendamento deste assunto.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que este novo Regulamento é um grande incentivo à indústria e ao próprio Concelho em si, no que diz respeito à fixação e instalação de novas empresas. Passou a palavra ao Sr. Vereador António Alberto Gomes para informação mais detalhada sobre esta matéria-----

O Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes apresentou de forma resumida as propostas de alterações ao RMUE - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação:-----

Na sequência das alterações propostas ao Regulamento do PDM, nomeadamente ao nível da possibilidade de legalização de edificações construídas em data anterior a Dezembro de 1993 (data da publicação do PDM de Vale de Cambra), e alteração do regime de edificabilidade em Áreas de Ocupação Florestal, permitindo a instalação de indústrias agropecuárias (Ex: aviários e estufas) e turísticas, procedeu-se a uma proposta de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), traduzidas da seguinte forma:-----

1. Adaptação às alterações introduzida ao Regulamento do PDM.-----

2. Alterações legislativas, nomeadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (Sistema de indústria responsável) – SIR.-----

3. Incentivo à construção, que se traduz numa redução do valor das taxas a pagar ao Município - redução à TMU de cerca de 20% para todas as construções (habitação, indústria, armazéns, comércio, serviços, construções anexas, etc).-----

4. Incentivo à indústria (acresce ao descrito no ponto n.º 3, o seguinte):-----

4.1 - Redução a TMU -----

- Uma redução de 50%, na TMU, para as indústrias e armazéns localizadas em zonas industriais e concentrações industriais, promovidas pela Câmara Municipal, ou seja para além dos 20% as indústrias localizadas ou que se pretendam localização nas zonas industriais têm uma redução de mais 50%.-----

- Uma redução da TMU de 30% para as ampliações de indústrias e armazéns em laboração/atividade; ou seja, quiseram não só captar novas empresas como também estimar as já existentes. Têm de valorizar as indústrias que temos e aquilo que elas contribuem para o crescimento do concelho.-----

- Redução da TMU de 30% para novas indústrias e armazéns implantadas em zonas industriais e concentrações industriais não promovidas pela Câmara Municipal. -----

Outro ponto muito importante, é a redução da taxa de compensação. Durante os três anos em que é permitida a legalização das casas construídas antes de 1993, entrada em vigor do PDM, existirá também:-----

4.2 - Redução da taxa de compensação-----

- Eliminação da taxa de compensação para indústrias e armazéns localizadas em zonas industriais e concentrações industriais;-----

Era um ónus que pesava sobre as indústrias em Vale de Cambra sempre que queriam fazer uma ampliação ou melhorar as suas condições da sua laboração.---

4.2 – Alinhamentos-----

- Aprovação de alinhamentos frontais inferiores ao estipulado em regulamento, desde que devidamente justificados com plano de alinhamentos e aprovados pela Câmara Municipal. -----

Estes de uma forma resumida são os grandes benefícios da alteração do RMUE.

Este regulamento foi amplamente discutido. Foi discutido não só internamente na Câmara Municipal pelos Colaboradores ligados à área, mas também discutido com os Munícipes e com os Gabinetes que trabalham diretamente nestas áreas e que frequentemente vêm à Câmara Municipal e que levantam questões. Estes últimos foram convidados a participar numa reunião, a dizer aquilo que achavam que estaria bem e o que estaria mal. Foi muito participativo e muito profícuo.-----

Estará ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.-----

O Sr. Dr. José Soares referiu julgar que, para além dessa ampla discussão que teve junto dos *stakeholders* da Câmara Municipal, ele foi aberto a discussão pública. Portanto, toda a população teve a ele acesso e pode discutir, comentar e propor alterações. Acha que a alteração deste Regulamento é uma medida muito importante, embora possa até nem constar muito em termos de opinião pública, ou não ter aquela importância que às vezes um investimento tangível tem, mas é de honrar o alcance pelas razões que o Sr. Vereador já explicou.-----

2015.02.23

Nos tempos atuais têm de ter duas preocupações fundamentais, uma delas é de fixar a população num momento em que a demografia, não só do concelho mas de todo o País, é altamente negativa, hoje a tendência particularmente nestas regiões de *interland*, ou mais de interior, é no sentido de haver decréscimo de população como aliás, foi registado em todas as Freguesias do Concelho entre os dois últimos censos. Por outro lado, a preocupação de atrair emprego, atrair empresas que sejam geradoras de rendimento e criadoras de riqueza, porque também esse é um fator que atrairá e fixará a população. O anterior Regulamento tinha custos muito elevados para projetos, nomeadamente para projetos industriais e comerciais. De facto, com este atenuar de custos o Concelho poderá passar a ser mais competitivo com outros Concelhos e desta forma atrair algum investimento e também reter algum investimento que já cá está. É de facto neste aspeto uma medida muito positiva. Espera que de facto em consequência desta alteração se registre aqui um maior volume de investimento.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques referiu que, na linha daquilo que foi aprovado na última assembleia - declaração de interesse municipal, para resolver situações de apoio às empresas, nomeadamente à ARSOPI, obviamente a bancada do PSD se congratula com estas alterações que vão facilitar e estimular a fixação de empresas e o desenvolvimento do tecido industrial de Vale de Cambra. Naturalmente saúdam e votam a favor.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu a confiança e as palavras quer da bancada do CDS quer do PSD em relação a esta matéria. Acrescentou que sofrem uma grande pressão de “**pesca**” de empresas para os concelhos limítrofes, cada um dos concelhos está a fazer pela sua vida. Oliveira de Azeméis está com uma atitude forte agressiva no sentido de canalizar investimento para o Concelho e todos os Concelhos aqui ao lado estão com essa política. Naturalmente também terão de estar atentos e seguir pelo mesmo caminho,

2015.02.23

sendo que, a Câmara é parceira, via AMTSM, de um grande projeto industrial que é o PERM, e no qual tem responsabilidade séria, porque de fato se aquilo corre mal também esta vai “sofrer por tabela”. Não querendo dizer que é algo igual ao Parque subterrâneo mas é uma coisa para a qual também terão de estar atentos. Enquanto Presidente da AMTSM tem feito uma pressão grande sobre a Comissão Executiva do PERM no sentido de cativar investimento para essa estrutura porque de facto ela necessita urgentemente de clientes. Ou seja, têm um problema sério para resolver, têm por um lado o PERM de que são associados e por outro têm o Concelho no qual têm de prioritariamente centrar as atenções. O PERM é dirigido em primeira mão e numa primeira fase, a acolher tudo o que são sucatas, mas há também uma vontade expressa de se abrir o PERM a outro tipo de indústrias. Por isso terão de estar atentos e fazer tudo aquilo que esteja ao alcance no sentido de canalizar investimento para o nosso concelho. Esta medida que hoje é tomada, visa essencialmente isso, acarinhar quem cá está e incentivar aqueles que procuram investir no nosso concelho.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que será republicado na íntegra revogando-se o anterior.-----

4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C, DO N.º 1, DO ART.º 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS) – Deliberação da Câmara Municipal de 10.02.2015: Presente deliberação da Câmara Municipal de dez de fevereiro de dois mil e quinze pela qual solicita autorização prévia, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (assunção de compromissos plurianuais) para a aquisição de serviços de recolha de resíduos

2015.02.23

sólidos urbanos e limpeza pública no Município de Vale de Cambra, dado tratar-se de um compromisso plurianual e encargos orçamentais em mais de um ano económico. Junta ainda Caderno de Encargos e Programa do Procedimento, bem como Mapa de Limpeza – carta 01 e Zonas de Recolha – carta 02.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se da abertura de um procedimento para aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública no Município de Vale de Cambra. Na primeira fase do concurso o que se pretende é fazer uma prévia qualificação das empresas que virão a concurso. É um concurso público internacional atendendo ao montante envolvido, 2.574.699,00€, para cinco anos, de 2015 a 2019. Na sua base não tem alterações profundas em relação ao que foi o concurso anterior, fizeram-se ligeiros acréscimos de serviços, designadamente em duas ou três ruas que não tinham limpeza e passam a ter, e alguma manutenção do parque da cidade, mantém-se a periodicidade com uma ou outra alteração. Estão na presença de um concurso importante, que envolve uma verba considerável embora fracionada em cinco anos, e que terão de rapidamente colocar em marcha para que a prestação desse serviço não seja interrompido.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, fazendo referência ao mapa enviado, disse que é pena que em alguns locais não se possa fazer a recolha diariamente como no centro urbano, o que compreende. Ainda assim, não entende muito bem uma situação, passando a explicar que existem várias localidades na Freguesia de Arões em que a recolha do lixo será feita quinzenalmente, isto é na Lomba, no Covo, Agualva, Macieiras, Paraduça, Casal Velide e Cabeço Velide. Analisou o mapa, conhece bem a região e não percebe muito bem porque o lixo em Paraduça não é recolhido semanalmente como em Cabrum ou em Ervedoso e Souto Mau. Se fosse ele a elaborar este trabalho, iria a Cabrum, depois desceria a Paraduça, iria a Ervedoso e Souto Mau, ou se fosse o inverso iria a Souto Mau,

2015.02.23

Ervedoso, Paraduça e Cabrum. Pensa que teria toda a lógica passar em Paraduça. Não acredita que seja por falta de vontade da Autarquia em não fazer a recolha neste local. Por outro lado, o lugar de Paraduça já tem uma determinada dimensão e merecia esta atenção. Recentemente na sessão que fizeram em Arões viu tanta gente preocupada com a gente lá de cima, mas aqui esqueceram-se de Paraduça quando isso, e embora não queira interferir nos serviços da Câmara, na sua opinião não traz qualquer acréscimo em termos económicos para esta. Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse-lhe que este falou que deveriam ser todos tratados da mesma forma, mas até aqui se esqueceram de um lugar da sua Freguesia.-----

O Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes esclareceu que está em questão apenas a autorização para a assunção de compromisso plurianual. Em termos de procedimento isto é o modelo que tem vindo a ser testado há muito anos. O sentido da recolha não será pelo caminho que a estrada toma. Os circuitos têm cerca de 10 anos de teste. As empresas que concorrerem podem até propor outros circuitos. A recolha é feita pela produção de lixo, nomeadamente há zonas que no verão chegam a ter muitas mais pessoas e nessas ocasiões é feita a recolha com mais frequência ou é feito o reforço de contentores. Não é algo tão simples, tem a ver com parâmetros e sobretudo com a produção de lixo. Mas o que se solicita à Assembleia é a assunção do compromisso plurianual para abertura do procedimento, público internacional, para a aquisição de serviços de recolha, não se está a discutir os cadernos de encargos nem os circuitos, é uma questão técnica, e que está mais que testada. A empresa no terreno depois irá adaptar os circuitos às necessidades da população, os Srs. Presidentes de Junta também vão dando conta dessas necessidades. Nem este executivo nem os anteriores, nem os que estarão para a frente discriminam as população, tem que ver com questões técnicas.-----

2015.02.23

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor, tendo-se absterido da votação os Senhores Eng.º Afonso da Silva Almeida e Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, da bancada do PS, autorizar, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei 8/2012, a assunção de compromisso plurianual para abertura do procedimento (público internacional) para a aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública no Município de Vale de Cambra, dado tratar-se de um compromisso plurianual e encargo orçamental em mais que um ano económico (n.ºs 1 e 6, do artigo 22 do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho), nos termos e condições da proposta da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2015.-----

5. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Deliberação da Câmara Municipal de

27.01.2015: Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze que submete a apreciação da Assembleia a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia desta Assembleia.-----

O Sr. Vereador António Alberto explicou que, tal como nos anos anteriores, é presente o pedido de autorização genérica, uma vez que é uma competência da assembleia autorizar a assunção de compromissos plurianuais. A título de exemplo citou que se tivessem um contrato de limpeza das piscinas que começasse em junho e terminasse em junho seguinte, como é um compromisso plurianual, teriam de esperar que a assembleia reunisse para emitir parecer, e só depois poderiam abrir concurso, no entanto as piscinas ficavam sem limpeza. Solicita-se então autorização genérica para que até uns determinados montantes, especificados na proposta, a Câmara Municipal possa agilizar e trabalhar de forma mais rápida.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referiu que a explicação acabada de dar, poderá ser contornada atempadamente não precisando disso. Fazendo jus aquilo

que já aqui foi dito nesta sala há algum tempo atrás, que devem ter um comportamento que não desvie o sentido da Assembleia, que não se baixe o nível da assembleia, entende que tal como não devem baixar o nível desta Assembleia, também não devem retirar competências a esta Assembleia.-----

DELIBERAÇÃO: Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:-----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.-----

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo

responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.-----

Face aos considerandos enunciados, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra deliberou (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho), por maioria de vinte e cinco votos a favor, tendo-se absterido da votação os Senhores Eng.º Afonso da Silva Almeida, Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, da bancada do PS:-----

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes, não cumulativos:-----

a. Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----
b. Os seus encargos não excedam os seguintes limites em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”:

- 99.759,58 €, acrescido de IVA à taxa em vigor, no caso de aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares; -----
- 80.000,00 €, acrescido de IVA à taxa em vigor, no caso de aquisição de serviços de transportes escolares em circuito especial; -----
- 75.000,00 €, acrescido de IVA à taxa em vigor, nos restantes casos.-----

2. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.---

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a colaboração de todos. Acha que os tempos de intervenção estão a começar a

2015.02.23

ficar devidamente controlados. Entende que em função da importância dos temas poderá ser dado um pouco mais de tempo para a discussão do assunto. Contudo chamou atenção para um aspeto, continua a haver uma mistura de temas, mas acha que com um pequeno esforço serão capazes de se pronunciarem sobre um tema, levar esse tema até ao fim e só então entrarem num tema novo. Contudo, a sua avaliação pessoal é que os progressos que fizeram já foram muitos, pelo que agradeceu a forma como têm colaborado e como o têm ajudado na condução dos trabalhos.-----

6. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Não se registaram intervenções por parte do público presente, por não haver público inscrito.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e uma horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____

